CNDL

Informe RIG

Relações Institucionais e Governamentais

AGENDA DA SEMANA CONGRESSO NACIONAL

Semana 29/06 a 03/07/2026

Sistema CNDL

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

Cenário

Nesta semana, após a vitória do Brasil no seu quarto jogo na Copa do Mundo, na segunda-feira, 29, o Congresso Nacional retoma com intensidade a agenda. Na tarde desta terça-feira, 30, os líderes da Câmara dos Deputados se reunirão na parte da tarde para definição dos itens da pauta de Plenário

O destaque dessa semana, é o esforço concentrado em prol da pauta do Simples Nacional, em que a Comissão Especial do PLP 108/2021 e os setores produtivos se mobilizam na defesa do aumento do teto da tabela como um todo e não apenas o teto do MEI, para tanto, estão previstas a Sessão Solene em Homenagem ao Dia das Micro, Pequenas e Médias Empresas no Plenário da Câmara na quarta-feira, 01, às 9h, e a audiência Pública sobre o novo enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI) e a atualização do Simples Nacional no Plenário 6 do Anexo II da Câmara dos Deputados. O Presidente da CNDL, José Cesar da Costa, participará de ambas.

Ainda sobre o tema, o governo federal

enviou à Câmara dos Deputados, nesta segunda-feira (29), o projeto de lei complementar que aumenta o limite de faturamento do MEI, microempreendedor individual. Pela proposta do governo, o reajuste passa dos atuais R$ 81 mil de receita bruta anual para R$ 110 mil já no próximo ano e para R$ 140 mil em 2028. A medida também propõe elevar o limite de contratados para dois funcionários, o dobro do que é permitido hoje. Segundo o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, a proposta será encaminhada para a comissão especial que discute o tema. Pelas redes sociais, Motta afirmou que essa matéria faz parte de uma negociação direta que liderou junto à aprovação da PEC do fim da escala 6x1. Com informações da Rádio Nacional, mas até o fechamento desta edição, a integra do PLP ainda não havia sido publicado oficialmente no site da Casa legislativa.

Sobre as audiências públicas regionais pelo Brasil que a Comissão Especial da Câmara dos Depurados está realizando sobre o Novo Enquadramento do MEI e da atualização do Simples Nacional (PLP 108/21), a reunião desta semana aconteceu na segunda-feira, 29, no Rio de Janeiro – RJ.

Já no Senado, o destaque é a Audiência Pública temática sobre a PEC 221/2019, sobre a 6x1 no Plenário do Senado, nesta quarta-feira, 01, a partir das 9h, é válido reiterar que aguarda-se uma definição sobre os rumos das tramitações das PECs 221/2019

e PEC 12/2026 que tratam do tema da redução de jornada de trabalho na Casa Alta.

Nesse cenário, ainda é preciso considerar o calendário eleitoral que entra com mais intensidade também neste mês de julho, a partir do dia 04, pessoas que ocupam cargos públicos ficam proibidas de fazer publicidade institucional, ou seja, não podem divulgar atos de governos, programas, serviços e obras. Também fica proibido usar dinheiro público para shows em inaugurações e anúncios que possam influenciar os eleitores. Além de outras agendas de negociações sensíveis e preparatórias para as Convenções Partidárias que começam no dia 20 de julho.

Ainda nesta terça-feira, 30, o Poder Executivo publicou a Medida Provisória nº 1.373/2026, que cria o Desenrola Adimplentes e destina até R$ 3 bilhões para renegociação de crédito, voltado à renegociação de empréstimos de pessoas que mantêm seus pagamentos em dia, mas enfrentam dificuldades para reorganizar a vida financeira. Poderão aderir ao programa pessoas físicas que não possuam vínculo empregatício formal ativo, não exerçam cargo ou função pública e não recebam aposentadoria ou pensão dos regimes geral ou próprio de previdência social. A adesão exige a contratação de uma nova operação de crédito destinada à quitação integral das dívidas existentes.

Na agenda do Sistema CNDL, em Brasília, nesta terça-feira e quarta-feira, 30

de junho e 01 de julho, continuam as aulas do treinamento de adequação à Reforma Tributária para associações, os encontros já aconteceram nos dias 24 e 26 de junho e tem como público alvo dirigentes, executivos, jurídicos e contadores das entidades, inscreva-se em: https://mla.bs/0bf2cf1d2a

Na quarta-feira, 01, às 12h, a CNDL participa da tradicional reunião-almoço da Frente Parlamentar de Comércio e Serviços (FCS) em conjunto com a Coalizão das Frentes Produtivas, que debaterá o PLP 108/2021 - Aumento do teto do MEI e do Simples Nacional, em Brasília.

Por fim, na quinta-feira, a partir das 9h, participa do seminário: “Os efeitos da taxa de juros na economia brasileira”, realizado pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) com parlamentares, representantes do setor produtivo para debater os impactos da política de juros sobre a economia, o empreendedorismo e no desenvolvimento do país, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

PAUTA DO CONGRESSO NACIONAL

Sem agendas de interesse até o fechamento desta edição.

PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

SEGUNDA-FEIRA (29)

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O NOVO ENQUADRAMENTO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E ATUALIZAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL (PLP 108/21) | 10H

Local: Fecomércio RJ - no Rio de Janeiro/RJ.
Objetivo: Debater o novo enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI) e a atualização do Simples Nacional.

QUARTA-FEIRA (01)

PLENÁRIO | 9H

Sessão Solene em Homenagem ao Dia das Micro, Pequenas e Médias Empresas.

PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

QUARTA-FEIRA (01)

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O NOVO ENQUADRAMENTO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E ATUALIZAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL (PLP 108/21) | 14H

Local: anexo II, Plenário 06
Objetivo: Debater o novo enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI) e atualização do Simples Nacional.

Proposições em Pauta:

1. CD REQ 17/2026 PLP10821
Requer a realização de Seminário Regional no Estado de Mato Grosso da Comissão Especial sobre o Novo Enquadramento do Microempreendedor Individual (PLP nº 108/2021).

PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

QUARTA-FEIRA (01)

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)| 10H

PL 533/2019 - Acrescenta o parágrafo único ao artigo 17 e § 3º ao artigo 491, ambos do Código de Processo Civil.
Relator: Vinicius Carvalho (REP/SP)
Parecer: Pela aprovação.
Posicionamento: Favorável ao projeto, favorável ao parecer.
Justificativa: A aprovação do PL 533/2019, representa um avanço ao incentivar a resolução de conflitos por vias extrajudiciais antes do ajuizamento de ações judiciais.

PL 395/2025 | Atendimento gratuito e acessibilidade - Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a fim de incluir no rol de direitos básicos do consumidor a comunicação direta com o fornecedor por meio dos canais de atendimento disponibilizados, inclusive telefônico, sem custos para o consumidor, para fins de informação, reclamação, contestação, suspensão, cancelamento ou devolução de produtos e serviços.
Autor: Daniela do Waguinho (UNIÃO/RJ)

PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

QUARTA-FEIRA (01)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE) | 10H

PL 2768/2022 - Plataformas Digitais), sobre a organização, o funcionamento e a operação das plataformas digitais.
Relatora: Dep. Any Ortiz (PP/RS)
Parecer: pela aprovação, com substitutivo.
As principais mudanças e diretrizes propostas pelo substitutivo são:

- Mudança de órgão regulador (De Anatel para CADE): A proposta original entregava à Anatel a regulação ex-ante (prévia) das plataformas. O substitutivo altera isso, determinando que as denúncias e representações sejam direcionadas à Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).
- Modelo de regulação (fast-track ex-post): Em vez de impor proibições absolutas e inflexíveis desde o início (como no modelo europeu), o novo texto prefere uma regulação baseada na análise de casos concretos a partir de

PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

QUARTA-FEIRA (01)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE) | 10H

- representações feitas por usuários profissionais ou outras plataformas. Para evitar a lentidão típica do CADE, foi criado um "fast-track" em que o processo administrativo não pode passar de 245 dias.
- Definição ampla de plataforma digital: O texto define plataformas digitais de forma ampla, englobando aplicações, sites, sistemas operacionais ou infraestrutura digital que permitam a comunicação, interação ou troca de serviços/produtos. Também inclui serviços que armazenam conteúdo (como computação em nuvem) e serviços de publicidade digital.
- Conceito de Posição Dominante: O projeto original usava um critério financeiro (faturamento anual de R$ 70 milhões) para definir o "poder de controle de acesso essencial". O substitutivo abandona esse teto rígido e adota os critérios da Lei de Defesa da

PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

QUARTA-FEIRA (01)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE) | 10H

- Concorrência (Lei nº 12.529/2011), considerando dominante a plataforma que for uma "intermediária indispensável" para que usuários profissionais alcancem seus clientes finais. A designação de dominância valerá por 2 anos, podendo ser renovada.
- Exigência de representação local: O projeto torna obrigatório que plataformas digitais sediadas no exterior tenham um representante legal no Brasil para comunicação com autoridades e recebimento de intimações. O não cumprimento pode resultar na suspensão do funcionamento da plataforma.

PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

QUINTA-FEIRA (02)

SEMINÁRIO
“OS EFEITOS DA TAXA DE JUROS NA ECONOMIA BRASILEIRA” | 09H -14H30

A Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) realizará o seminário que reunirá parlamentares, representantes do setor produtivo e especialistas para debater os impactos da política de juros sobre a economia, o empreendedorismo e o desenvolvimento do país.

Local: Auditório Nereu Ramos – Câmara dos Deputados
Inscrição presencial pelo link: https://forms.gle/kVtauBVqqygFNMZw5

PAUTA DO SENADO FEDERAL

TERÇA-FEIRA (30)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA | 11H

AUDIÊNCIA PÚBLICA

PL 4752/2025 - institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.Foram convidados:

- Jacy Barbosa Junior, General de Divisão do Comando de Defesa Cibernética do Ministério da Defesa (MD)
- Marcelo Antonio Osller Malagutti, Secretário-Executivo do Comitê Nacional de Cibersegurança (CNCiber)
- Demi Getschko, Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br)
- Rony Vainzof, Diretor Titular da Divisão de Cibersegurança da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e Consultor em Proteção de Dados da Fecomercio-SP
- Entre outros convidados.

PAUTA DO SENADO FEDERAL

QUARTA-FEIRA (01)

PLENÁRIO | 09H
SESSÃO DE DEBATE TEMÁTICO

Objetivo: Discutir os impactos sociais, econômicos e produtivos da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que trata da redução da jornada de trabalho e do fim da chamada escala 6x1 no Brasil.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA | 09H

PL 2332/2022 - Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para permitir que servidor público possa ser microempreendedor individual (MEI).
Relator: Irajá (PSD/TO)
Parecer: Pela aprovação.
Posicionamento: Favorável ao projeto, favorável ao parecer.

Informe

RIG

Relações Institucionais e Governamentais

AGENDA DA SEMANA
ESTADOS

Semana 29/06 a 03/07/2026

Sistema CNDL

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

Até o fechamento desta edição, não foram pautados itens de interesse para esta semana, em âmbito estadual.

Informações

André Pellizzaro
(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles
(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira
(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector, Action e Radar Governamental.

RIG

Relações Institucionais e Governamentais

Sistema CNDL

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL